



BALANÇO SOCIAL

2024

Divisão de Recursos Humanos e Formação

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	2
1. ORGANOGRAMA DA AR	3
2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	4
2.1 – Evolução dos efetivos	4
2.2 – Relação jurídica de trabalho	6
2.3 – Pessoal dirigente	8
2.5 – Género	12
2.6 – Idade	14
2.7 – Escolaridade	19
2.8 – Antiguidade	20
2.9 – Movimentos de pessoal	21
2.9.1 – Entradas	21
2.9.2 – Saídas	22
2.9.3 – Mobilidade interna	23
2.10 – Evoluções na carreira e na categoria	24
2.10.1 – Valorizações remuneratórias	24
2.11 – Ausências	25
3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL	27
4. – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	28
4.1. – Acidentes de Trabalho	28
4.2. – Doenças Profissionais	30
4.3. – Gabinete Médico e de Enfermagem	30
4.4. – Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	32
5. – ENCARGOS FINANCEIROS	33
6. – PROTEÇÃO SOCIAL	36
7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS	38
7.1 – Atividade sindical	38
8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES	39
9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS	
INDEPENDENTES QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR	41
10. – NOTAS FINAIS	43
Síntese	43
ÍNDICE DE GRÁFICOS	46
ÍNDICE DE QUADROS	47
ABREVIATURAS	49

NOTA INTRODUTÓRIA

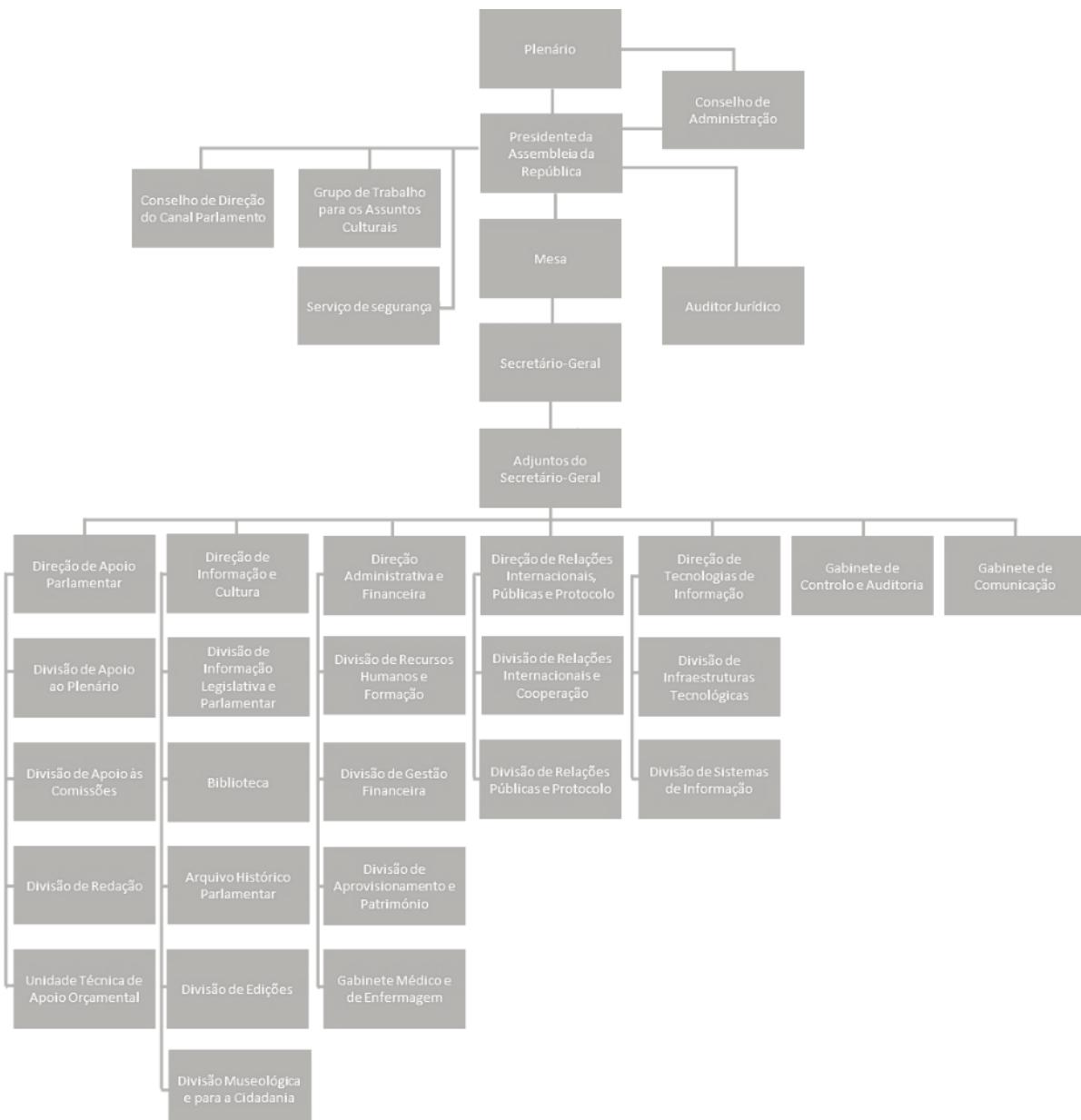
O presente Balanço Social foi elaborado tendo como referência os dados a 31 de dezembro de 2024.

O conjunto de indicadores reflete a realidade de 2024 e as análises comparativas pretendem demonstrar as tendências e evoluções que se têm vindo a verificar ao longo dos últimos anos.

Este documento, dando uma perspetiva global da caracterização dos recursos humanos, bem como das diversas matérias de suporte à sua gestão, releva como instrumento gestionário.

As entidades administrativas independentes que funcionam junto da Assembleia da República (AR) não estão incluídas na caracterização efetuada ao longo do Balanço Social, merecendo, no entanto, uma breve referência no último capítulo.

1. ORGANOGRAMA DA AR



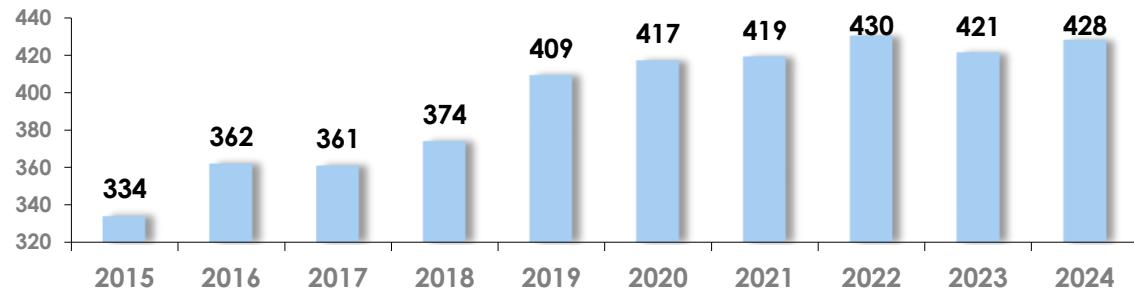
2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Dos 488 postos previstos no mapa de pessoal da Assembleia da República (AR) para 2024, encontravam-se preenchidos, a 31 de dezembro de 2024, 432, dos quais 4 respeitam a funcionários parlamentares que se encontram em exercício de funções fora da Assembleia da República. Será objeto de análise ao longo deste Balanço Social a caracterização dos restantes 428 funcionários, onde incluem três situações de licença sem remuneração, e cinco de pré-reforma.

2.1 – Evolução dos efetivos

Em 2024, registou-se uma ligeira subida do número de funcionários a exercer funções na Assembleia da República, com um acréscimo de 1,9% relativamente ao ano anterior e de 28,14% em relação a 2015, ano em que se verificou o menor número de efetivos nos últimos dez anos.

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos



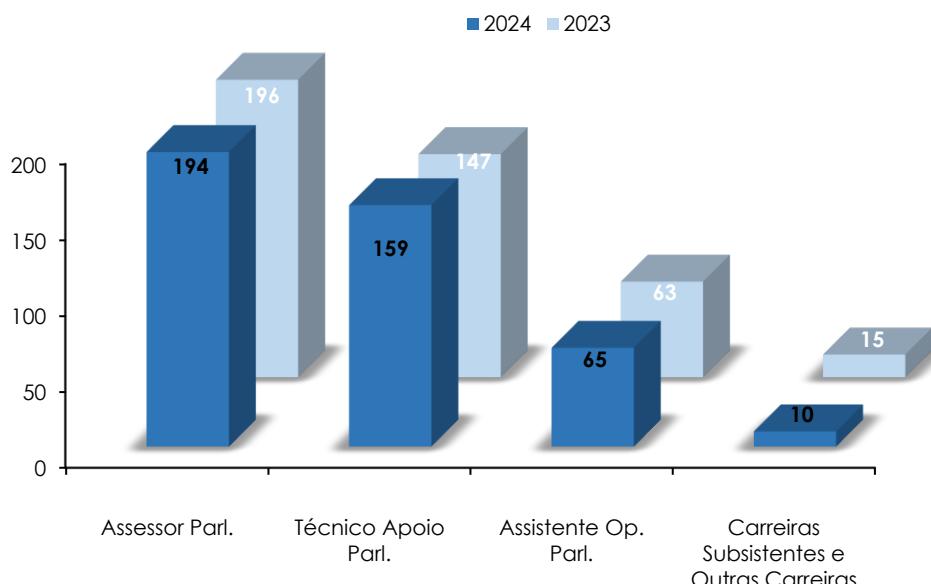
Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
N.º de efetivos	334	362	361	374	409	417	419	430	421	428
Taxa de variação anual	-0,9%	8,4%	-0,3%	3,6%	9,4%	2,0%	0,5%	2,6%	-2,1%	1,7%

O quadro 1 evidencia a evolução no número de efetivos nos últimos 10 anos. A partir de 2015, o número de efetivos aumentou, com a exceção do ano de 2017, e do ano de 2023 onde o número de saídas foi superior ao número de entradas. Desde então e nos últimos 5 anos, regista-se um incremento médio aproximado de 1,2% no número total de efetivos.

De acordo com o artigo 20.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares (EFP), aprovado pela Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, na sua atual redação, existem 3 carreiras no mapa de pessoal da Assembleia da República: assessor parlamentar, técnico de apoio parlamentar e assistente operacional parlamentar. Existem ainda as carreiras subsistentes previstas no artigo 94.º do EFP.

Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por carreiras de acordo com o EFP (2023-2024)



O gráfico 2 ilustra o número de efetivos nestas carreiras, sendo que, no caso das carreiras subsistentes e outras carreiras, são incluídas as cedências de interesse público, como as da carreira de enfermagem. Importa ainda salientar que os dirigentes em comissão de serviço estão incluídos na carreira de assessor parlamentar, por se tratar da sua carreira de origem.

A carreira de assessor parlamentar registou uma redução de 2 funcionários parlamentares, o que corresponde a uma diminuição de 1,0%. Regista-se ainda uma redução de 5 funcionários, representando – 33,3%, nas carreiras subsistentes e outras carreiras, passando de 15 para 10 funcionários.

A carreira de técnico de apoio parlamentar regista um acréscimo de 12 funcionários, o que representa uma subida de 8,2%. Regista-se ainda uma subida de 2 funcionários, ou 3,2% na carreira de assistentes operacionais.

2.2 – Relação jurídica de trabalho

O contrato de trabalho parlamentar, previsto nos n.os 1 e 2 do artigo 13.º do EFP, representa a maior percentagem da modalidade de relação jurídica de trabalho constituída com a AR.

A 31 de dezembro, encontravam-se em cedência de interesse público na Assembleia da República, nos termos e ao abrigo do artigo 14.º do EFP, 11 trabalhadores, entre os quais duas enfermeiras e três assessores da UTAO (incluindo o Coordenador). As cedências de interesse público representam 2,6% do total de funcionários a exercer funções na Assembleia da República¹.

Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por carreira

Distribuição dos efetivos por carreira		Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreira subsistentes e Outras Carreiras	Total
Contrato de trabalho parlamentar	H	65	57	43	3	168
	M	121	102	22	4	249
	T	186	159	65	7	417
Cedência de interesse público	H	4	0	0	0	4
	M	4	0	0	3	7
	T	8	0	0	3	11
Total	H	69	57	43	3	172
	M	125	102	22	7	256
	T	194	159	65	10	428

De entre os assessores parlamentares e assistentes operacionais parlamentares, 37 encontram-se em comissão de serviço, como dirigentes ou em outras situações (cargos de coordenação, encarregado de proteção de dados, administrador de segurança da informação e encarregados operacionais parlamentares), o que representa 8,6% do total dos funcionários.

¹ Não se incluem neste número, por não preencherem postos de trabalho do mapa de pessoal, as cedências de interesse público de dois elementos para apoio especializado a comissões parlamentares, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 48.º da Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR).

Quadro 3 - Distribuição dos efetivos por carreira e género – comissão de serviço

	Assessor Parlamentares	Técnico Apoio Parl.	Assistente Oper. Parl.	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Dirigentes e outras situações em comissão de serviço	H	14		7	
	M	15		1	
	T	29		8	
					21
					16
					37

O número de comissões de serviço representam, em 2024, 37 postos de trabalho (dos quais 23 são cargos de dirigentes).

2.3 – Pessoal dirigente

Em 2024, não se verificaram alterações no total de efetivos do quadro de pessoal dirigente. Verificou-se uma ligeira alteração na distribuição por sexo nos cargos de direção, decorrente do termo de algumas comissões de serviço e das subsequentes nomeações. Atualmente, encontram-se em funções 4 funcionários do sexo masculino e 3 funcionários do sexo feminino, ao passo que, no ano anterior, se registava a situação inversa, com 3 funcionários do sexo masculino e 4 funcionários do sexo feminino no exercício do cargo.

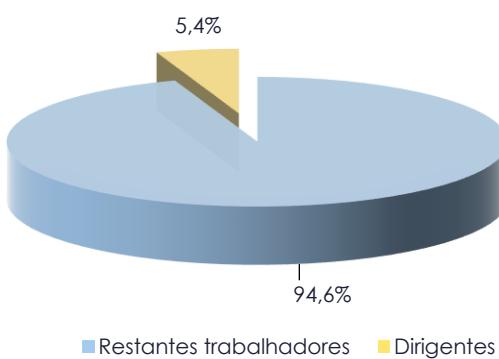
O cargo de Secretário-geral é agora ocupado por uma funcionária do sexo feminino, mantendo-se a distribuição no ano transato relativamente a funcionários do sexo masculino (7) e do sexo feminino (8), no cargo de chefe de divisão.

Quadro 4 - Pessoal dirigente

	Homens	Mulheres	Total
Secretário-Geral	0	1	1
Diretor	4	3	7
Chefe de Divisão	7	8	15

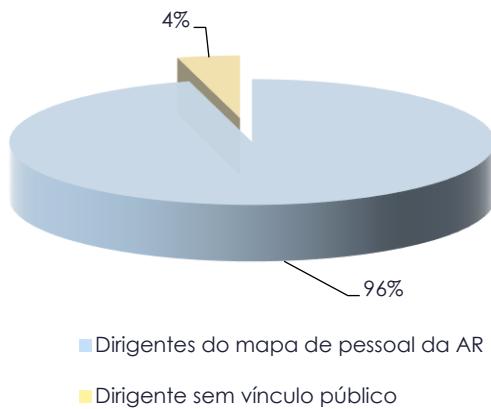
No que respeita à análise de género em funções dirigentes, existe um equilíbrio com ligeira predominância da representatividade feminina – 52%, tornando-se mais acentuada no cargo de chefe de divisão, onde atinge os 53%.

Gráfico 3 - Percentagem de dirigentes por efetivos



O índice de enquadramento de dirigentes² é de 5%, tal como verificado em 2023, ou seja, 5% do total de funcionários parlamentares exercem cargos de dirigente.

Gráfico 4 - Percentagem de dirigentes por vínculo



Dos 23 dirigentes em efetividade de funções, 6 não são provenientes da carreira de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República, encontrando-se nomeados.

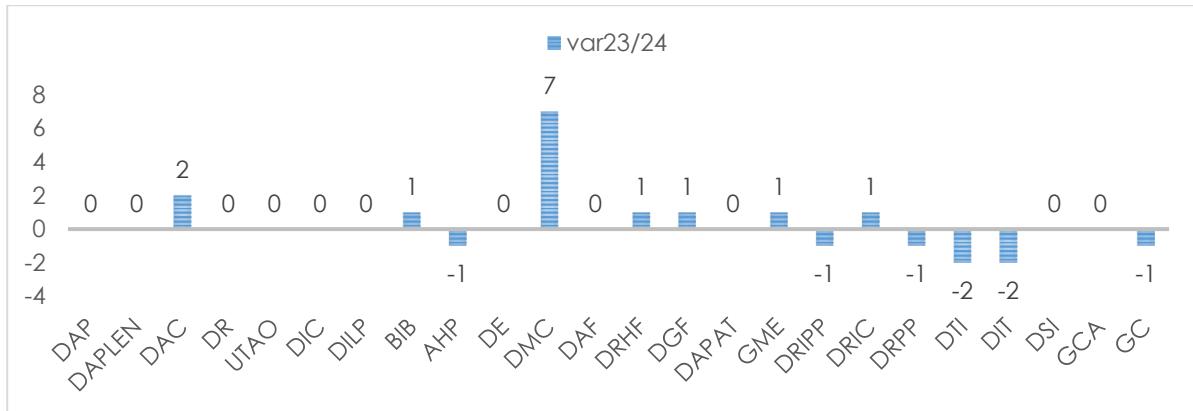
² Índice de enquadramento = n.º dirigentes x 100 / total de funcionários

2.4 – Colocação por serviço

O quadro que se segue apresenta a distribuição de efetivos por serviço, permitindo a comparação no último triénio.

Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR

	2022	2023	2024
DAP	3	3	3
DAPLEN	22	19	19
DAC	56	58	60
DR	28	28	28
UTAO	6	6	6
DIC	3	2	2
DILP	17	17	17
BIB	16	14	15
AHP	17	18	17
DE	16	19	19
DMC	18	17	24
DAF	2	2	2
DRHF	46	44	45
DGF	19	17	18
DAPAT	28	28	28
GME	3	2	3
DRIPP	5	5	4
DRIC	19	18	19
DRPP	20	20	19
DTI	14	13	11
DIT	9	9	7
DSI	9	7	7
GCA	5	6	6
GC	29	27	26
Gabinetes	20	22	23

Gráfico 5 - Variação de efetivos por serviço (2023 – 2024)

Em 2024, destacam-se 2 serviços com aumento de 2 ou mais funcionários - são eles a DMC (7) novos funcionários e a DAC (2) novos funcionários. A maioria dos serviços manteve inalterado o seu número de funcionários e 4 serviços registaram o reforço da equipa em 1 elemento, e 5 serviços registaram uma redução de funcionários, a DTI e DIT apresentou uma redução de 2 funcionários, e a DRIPP, DRPP e GC apresenta uma redução de 1 funcionário.

2.5 – Género

Quadro 6 - Relação sexo masculino / sexo feminino

Homens	172
Mulheres	256

Continua a haver uma predominância do sexo feminino no exercício de funções nos órgãos e serviços da Assembleia da República, verificando-se o rácio de 1,49.

Gráfico 6 - Percentagem da relação homens / mulheres

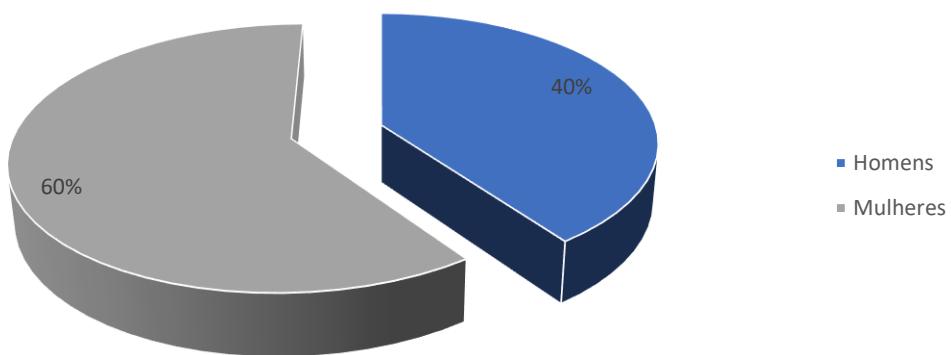
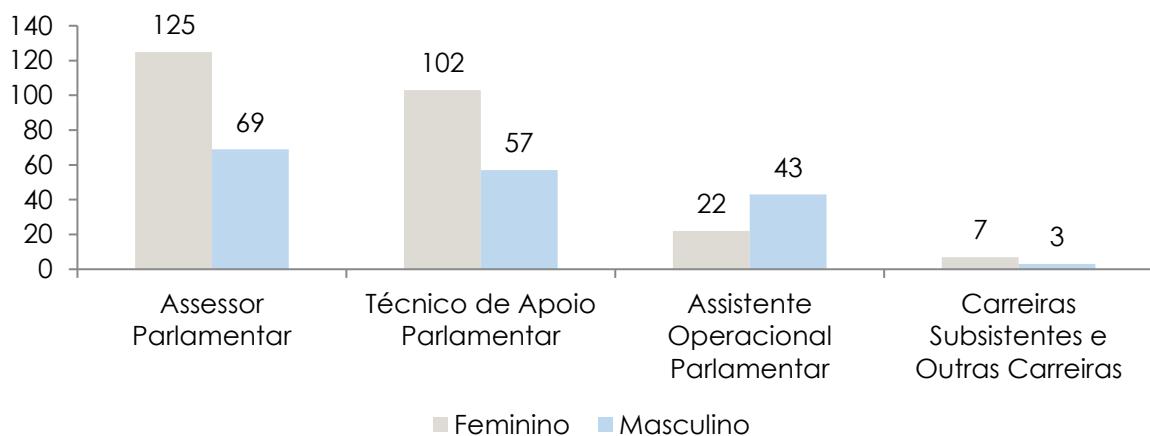


Gráfico 7 - Evolução do total de efetivos por género



O número de funcionários do sexo feminino na Assembleia da República é de cerca de 50% acima do número de funcionários do sexo masculino. Desde 2015, num contexto de aumento do número de funcionários parlamentares em cerca de 28%, o número de homens subiu quase 39% e o número de mulheres subiu aproximadamente 21%.

Gráfico 8 - Distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais



Com exceção da carreira de assistente operacional parlamentar, todas as carreiras apresentam um número de mulheres superior ao dos homens. A proporcionalidade em todas estas situações é cerca de duas vezes superior ao efetivo minoritário.

2.6 – Idade

O quadro que se segue indica que é na faixa etária dos 60-64 anos que a maioria dos funcionários parlamentares se concentra (19,5%), grupo onde o número de funcionários do sexo feminino é mais significativo. Já no que respeita aos funcionários do sexo masculino embora não sendo uma maioria muito expressiva, a maior parte encontra-se na faixa etária dos 45-49 anos.

O leque etário corresponde a 3,4, isto é, o funcionário parlamentar com idade mais elevada tem quase 3,5 vezes a idade do mais jovem. A amplitude é de 48 anos. Estes indicadores subiram este ano, comparativamente com o ano anterior, onde se registou um leque etário de 2,9 e uma amplitude de 46 anos.

Conforme igualmente decorre do quadro, mais de 44% dos funcionários parlamentares tem mais de 55 anos.

Quadro 7 – Efetivos por escalão etário segundo o género

	Homens	Mulheres	Total
20 – 24	2	0	2
25 – 29	6	8	13
30 – 34	6	23	29
35 – 39	17	23	40
40 – 44	17	26	43
45 – 49	30	36	66
50 – 54	37	33	70
55 – 59	19	29	48
60 – 64	30	52	82
Mais de 65	9	26	35
Total	172	256	428

Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo carreiras profissionais

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras
20-24	0	2	0	0
25-29	1	9	3	0
30-34	15	12	2	0
35-39	20	15	4	1
40-44	25	14	3	1
45-49	30	25	9	2
50-54	35	30	5	0
55-59	24	13	10	1
60-64	33	27	22	0
Mais de 65	11	12	7	5
Média	49,8	48,9	54,0	56,8

O grupo constituído pelas carreiras subsistentes e outras carreiras é o que detém a idade média mais elevada, o que se justifica pelo facto de já não ser possível o ingresso de novos funcionários parlamentares nas carreiras subsistentes.

Face a 2023, todas as carreiras à exceção da de assessor parlamentar, apresentam uma média de idades menor em 2024. É, no entanto, na carreira de assessor parlamentar que a moda dos escalões etários está em linha com a média, em todas as demais carreiras, a moda da faixa etária, ou seja, as idades prevalentes/ mais comuns são superiores à média de idades da carreira.

Esta situação resulta da abertura de concursos e de novos funcionários nas carreiras, assim como a saída de funcionários em virtude de atingirem idade legal para a aposentação.

Gráfico 9 - Pirâmide etária

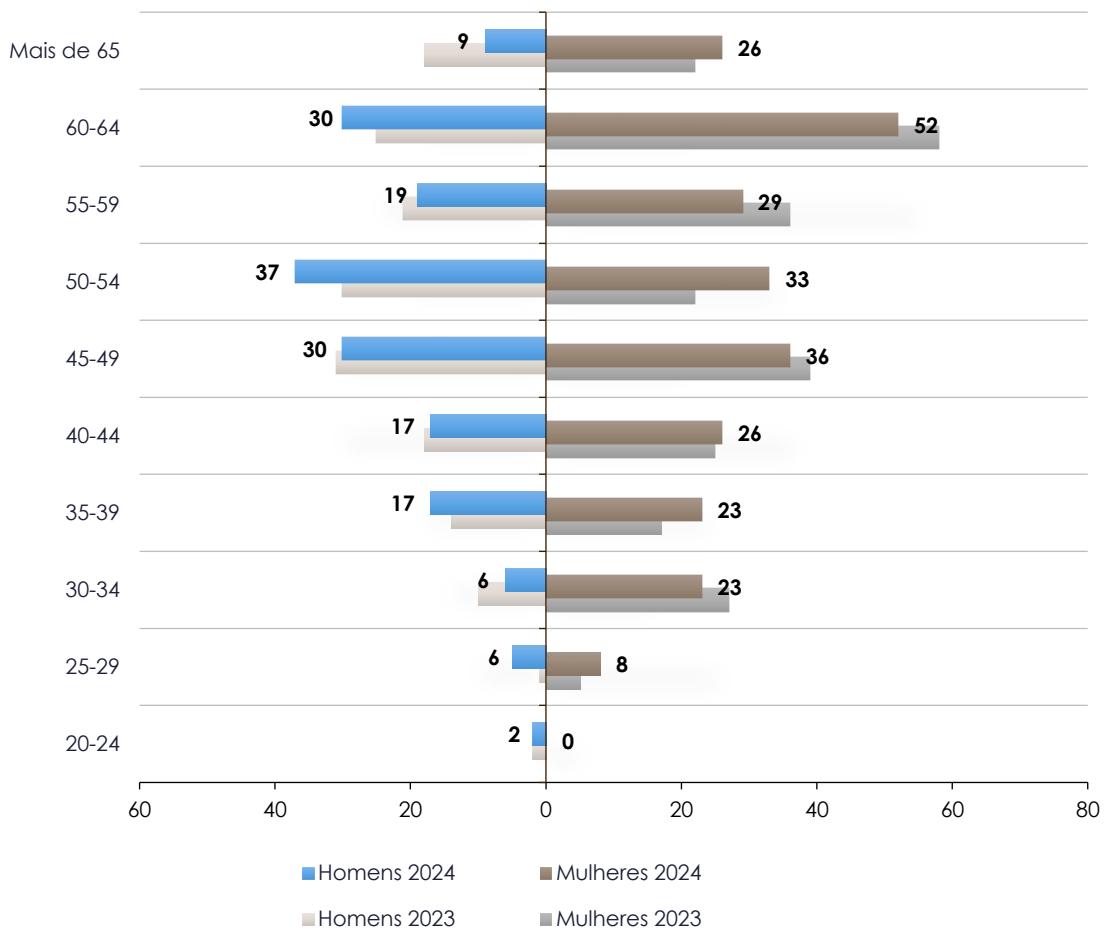
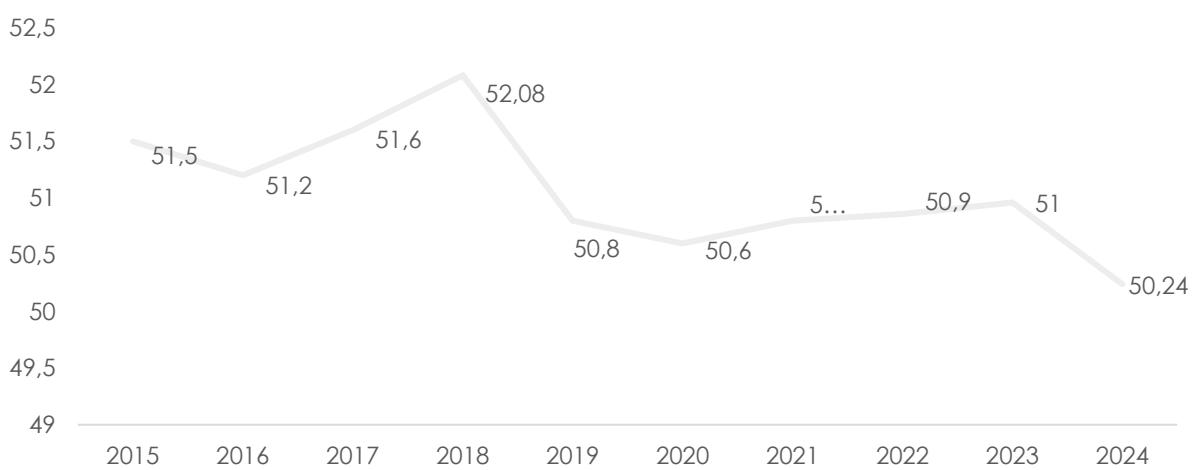


Gráfico 10 - Evolução da idade média



Em 2024, a idade média situou-se em 50,24 anos. Comparativamente com o ano anterior, é evidente uma descida em cerca de 9 meses (0,76 anos) acentuando uma tendência de descida da média de idades, que teve o seu pico em 2018, em que atingiu 52,08 anos.

Quadro 9 - Idade média por género

Homens	50,10
Mulheres	50,46

A média de idades para os homens é de 50,10 anos e 50,46 para as mulheres.

Quadro 10 – Média etária por serviços

	2023	2024	Variação
DAP	47,00	48,00	1,00
DAPLEN	47,37	46,63	-0,74
DAC	44,71	44,18	-0,52
DR	48,32	49,32	1,00
UTAO	51,17	52,17	1,00
DIC	61,50	49,50	-12,00
DILP	52,18	53,18	1,00
BIB	56,79	54,40	-2,39
AHP	49,22	50,22	1,00
DE	51,95	52,26	0,32
DMC	53,00	47,21	-5,79
DAF	54,50	55,50	1,00
DRHF	53,29	53,60	0,31
DRHF/AOP Apoio	54,43	51,04	-3,39
DGF	50,24	49,17	-1,07
DAPAT	50,64	50,68	0,04
GME	51,50	50,33	-1,17
DRIPP	54,00	52,00	-2,00
DRIC	49,28	47,84	-1,44
DRPP	54,95	55,42	0,47
DTI	53,38	49,91	-3,47
DIT	53,11	52,86	-0,25
DSI	45,57	46,57	1,00
GCA	58,17	59,17	1,00
GC	50,74	52,12	1,37
GABINETES	56,48	56,17	-0,30

O quadro 10 ilustra a variação média das idades por serviço.

Metade dos serviços (13) registaram uma descida na média de idades dos seus funcionários, ao passo que a outra metade dos serviços registou uma subida na sua média de idades. A DIC, a DMC e a DTI apresentam as maiores diminuições na média de idades dos seus funcionários, por razões diversas. No caso da DIC, por ser tratar de uma direção com apenas 2 funcionários, a saída por aposentação de uma funcionária e a entrada de uma nova funcionária com origem no concurso externo justifica a redução em 12 anos na média de idades. Na DMC, a diminuição da média de idades em 5,79 anos é justificada pelo ingresso de 7 novos funcionários, enquanto no caso da DTI, a redução da média de idades em grande medida justificada pela aposentação de 3 funcionários e o ingresso de um novo funcionário.

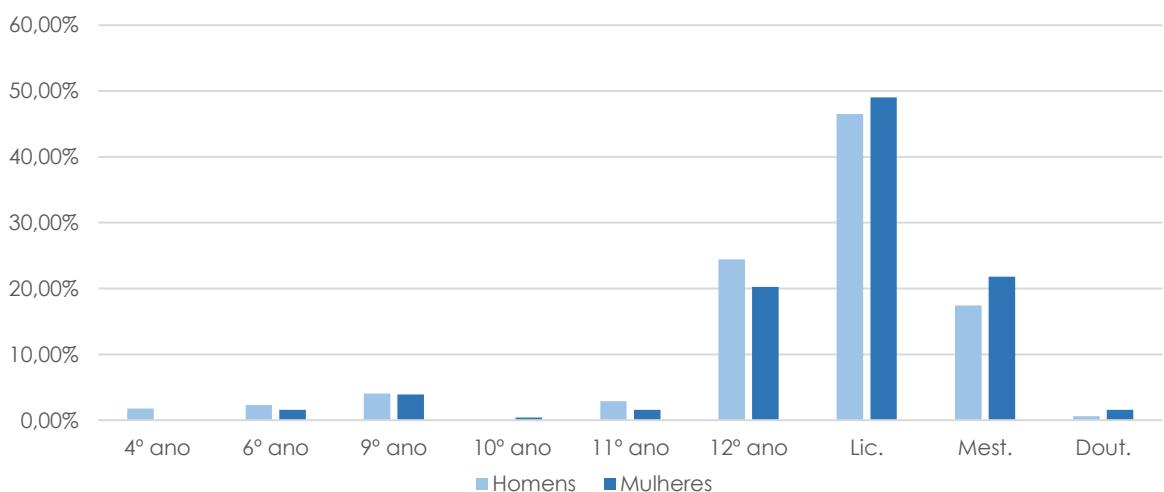
2.7 – Escolaridade

A licenciatura é o nível de escolaridade predominante dos efetivos da AR, em ambos os sexos, agrupando quase metade do total de funcionários parlamentares.

Quadro 11 - Distribuição por nível de escolaridade

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	3	1,7%	0	0,0%	3	0,7%
6 anos de escolaridade	4	2,3%	4	1,6%	8	2,9%
9 anos de escolaridade	7	4,1%	10	3,9%	17	6,4%
10 anos de escolaridade	0	0,0%	1	0,4%	1	0,2%
11 anos de escolaridade	5	2,9%	4	1,6%	9	3,8%
12 anos de escolaridade	42	24,4%	52	20,3%	94	21,5%
Licenciatura	80	46,5%	126	49,2%	206	48,2%
Mestrado	30	17,4%	55	21,5%	85	15,8%
Doutoramento	1	0,6%	4	1,6%	5	0,2%
Total	172	100,0%	256	100,0%	428	100,0%

Gráfico 11 - Distribuição percentual por nível de escolaridade



O gráfico acima representa a distribuição percentual dos níveis de escolaridade por género. No nível habilitacional, o impacto de género é baixo. Destaca-se a licenciatura em quase 50% do total de funcionários parlamentares. Globalmente 30,8% dos funcionários não tem ensino superior.

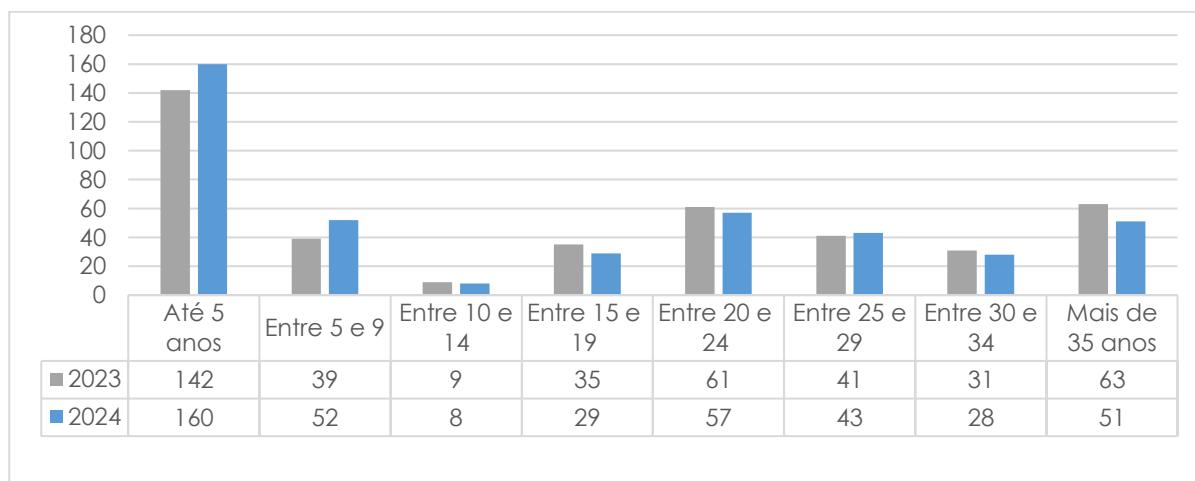
2.8 – Antiguidade

Em virtude do ingresso do ingresso de novos funcionários parlamentares na sequência de procedimentos concursais verificado nos últimos anos, em 2024, 41,26% do total de funcionários parlamentares tinham menos de 5 anos de antiguidade e 49.9% tinham menos de 10 anos de antiguidade.

Quadro 12 – Antiguidade

	Homens	Mulheres	Total
	63	97	
Até 5 anos	63	97	160
Entre 5 e 9	25	27	52
Entre 10 e 14	7	1	8
Entre 15 e 19	12	17	29
Entre 20 e 24	27	30	57
Entre 25 e 29	13	30	43
Entre 30 e 34	7	21	28
Mais de 35 anos	18	33	51
Média		16,58	17,85
			17,45

Gráfico 12 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2023-2024)



O número de funcionários a desempenhar funções na Assembleia da República há menos de 5 anos aumentou 12,68% em 2024, face a 2023, e reduziu no número de funcionários com mais de 35 anos de serviço na Assembleia da República em 19,05%, demonstrando um caminho de renovação dos recursos humanos.

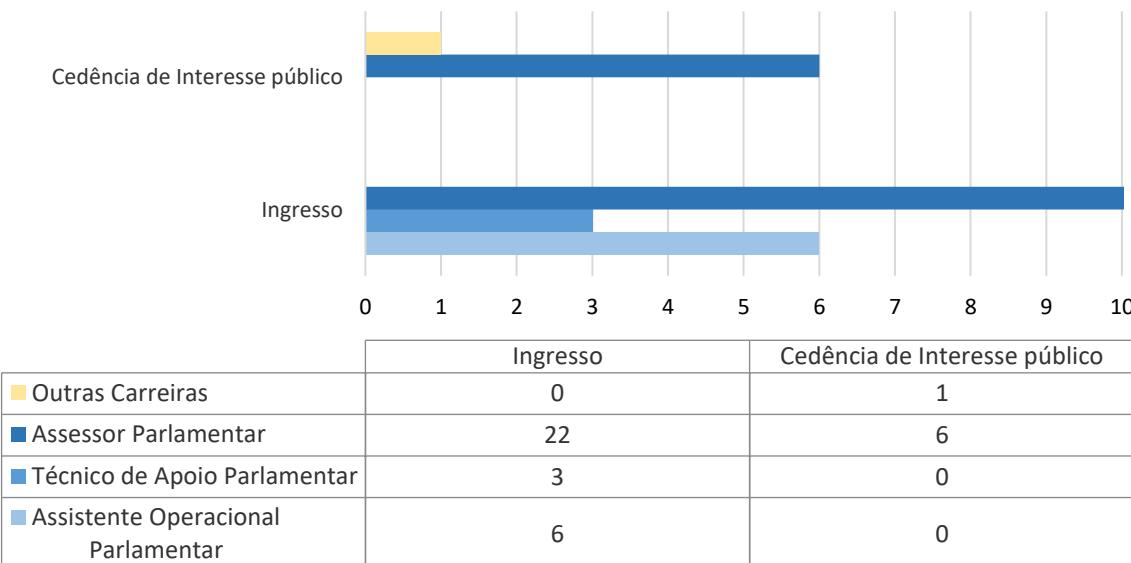
2.9 – Movimentos de pessoal

2.9.1 – Entradas

Em 2024, verificaram-se os seguintes movimentos de ingresso/regresso:

- 31 novos ingressos em regime de estágio probatório, na sequência de procedimentos concursais (3 na carreira de assessor parlamentar, 22 na carreira de técnico de apoio parlamentar e 6 na carreira de assistente operacional parlamentar);
- A cedência de interesse público de 6 técnicos superiores, entre os quais as nomeações para cargos dirigentes;
- A cedência de interesse público de mais uma enfermeira para o Gabinete Médico e de Enfermagem.

Gráfico 13 – Movimentos de ingresso em 2024



2.9.2 – Saídas

Em 2024, verificaram-se os seguintes movimentos de saída:

- 26 aposentações (7 assessores parlamentares, 9 técnicos de apoio parlamentar, 4 assistente operacional parlamentar e 6 outras carreiras);
- 3 denúncias de contrato de trabalho parlamentar (1 assessor parlamentar e 2 técnicos de apoio parlamentar);
- 1 falecimento (assistente operacional parlamentar);
- 1 cessação de cedência de interesse público (assessor parlamentar).

Gráfico 14 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2024

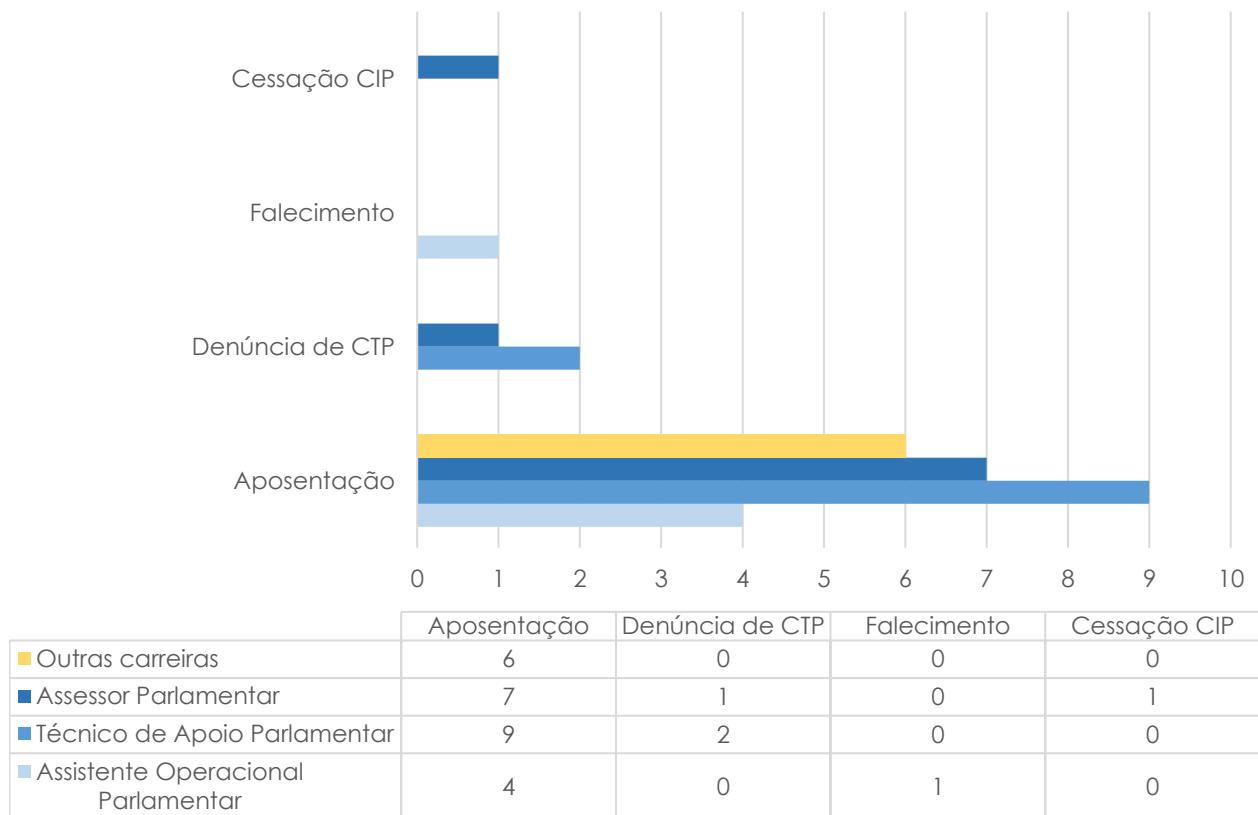
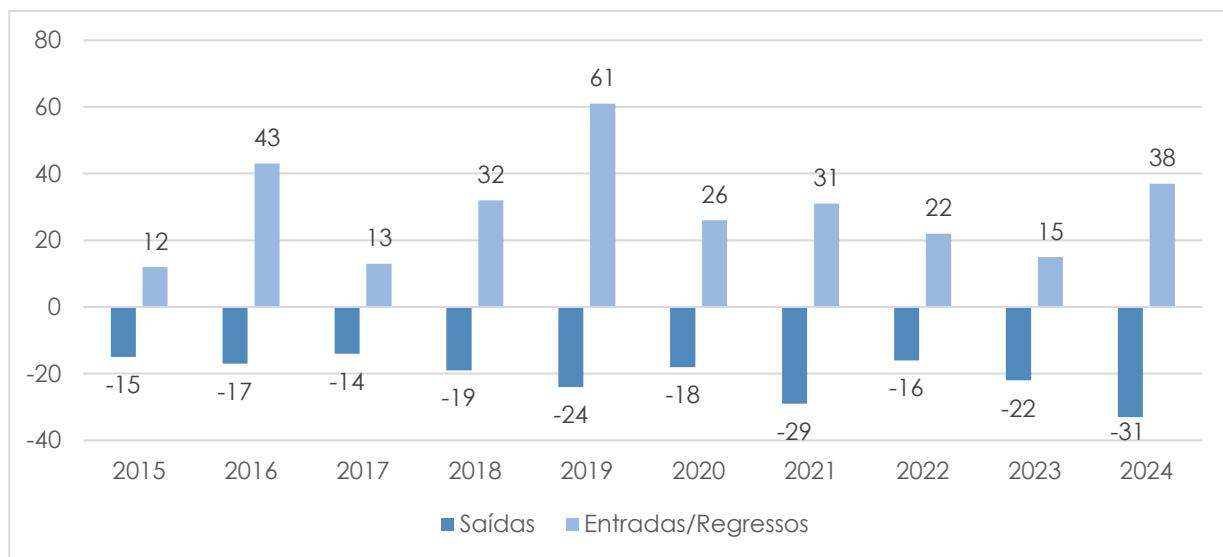


Gráfico 15 - Movimento global de ingressos e saídas

Registaram-se, em 2024, mais entradas do que saídas, permitindo preencher os postos de trabalho que ficaram vagos e colmatar algumas saídas dos anos anteriores.

2.9.3 – Mobilidade interna

Quadro 13 – Mobilidade interna

	ENTRADAS											
	DRIC	GABSG	CFSIIC	DRIPP	DAPLEN	DRIC	DAC	DMC	GABPAR	DGF	GC	DE
SAÍDAS	DRIC	1						1		1		
	DRHF		1									
	AHP			1								
	DTI				1							
	DAC	1				2	1		1	1		
	DAPAT							1				1
	BIB										1	
	GABSG											1

Em 2024, registaram-se 15 situações de mobilidade interna (3 assessores parlamentares e 9 técnicos de apoio parlamentar e 3 assistentes operacionais parlamentares), nos termos do artigo 15.º do EFP.

2.10 – Evoluções na carreira e na categoria

2.10.1 – Valorizações remuneratórias

Em 2024, verificaram-se as seguintes valorizações remuneratórias:

Quadro 14 – Valorizações remuneratórias por progressão na categoria

	N.º funcionários
Assessores Parlamentares	59
Técnicos de Apoio Parlamentar	42
Assistentes Operacionais Parlamentares	15
Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	1

A estas situações, que decorreram da acumulação de pontos necessários para alteração da situação remuneratória (59 assessores parlamentares, 42 técnicos de apoio parlamentar, 15 assistentes operacionais e 1 em carreira subsistente), acrescem mudanças de posicionamento decorrentes da conclusão, com sucesso, do período experimental (6 assessores parlamentares e 5 técnicos de apoio parlamentar), a que se juntam 4 assessores que concluíram a comissão de serviço como dirigente.

Conclui-se, portanto, que 132 funcionários parlamentares tiveram uma valorização remuneratória em 2024.

2.11 – Ausências

As faltas por doença representaram 71,9% dos dias de ausência, em 2024, seguindo-se as ausências no âmbito da parentalidade. As restantes causas de ausência têm expressão menos significativa.

Quadro 15 – Faltas Justificadas (em dias)

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Casamento	-	-	22	-	22
Parentalidade	1 085	340	7	-	1 432
Falecimento de familiar	62	37	15	6	120
Doença	1 797	2 049	1 347	282	5 475
Assistência a familiar	143	155	73	-	371
Trabalhador-Estudante	8	32	-	-	40
Outras	36	95	22	-	153
TOTAIS	3131	2708	1486	288	7 613

Quadro 16 - Faltas por doença (em dias)

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras subsistentes e Outras Carreiras
N.º de dias de ausência	1797	2049	1347	282
N.º Funcionários	194	160	65	10
N.º médio de ausências	9,3	12,8	20,7	28,2
N.º médio de ausências 2023	6,7	19,2	22,2	40,07

Em relação a 2023, o número médio de ausências aumentou na carreira de assessor parlamentar, diminuído nas demais.

Quadro 17 - Evolução da taxa de absentismo

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
7,50%	8,40%	8,80%	8,50%	7,50%	5,20%	7,00%	8,30%	8,49%	7,68%

A taxa de absentismo global é de 7,68%, ligeiramente mais baixa que a média dos últimos anos.

Gráfico 16 - Evolução global do absentismo por género

3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2024, foram organizadas 101 ações de formação.

Quadro 18 - Número de ações de formação profissional

	Menos de 25 horas	de 26 a 59 horas	de 60 a 135 horas	Total
Internas	8	0		8
Externas	39	19	3	61
E-learning	27	4	1	32
Total	74	23	4	101

Das 101 ações realizadas, a grande maioria correspondeu a ações de curta duração, isto é, com menos de 25 horas, e 60% corresponderam a ações externas (com formadores externos).

No ano de 2024, um terço das formações foram realizadas em formato remoto, consolidando esta opção de formação como uma alternativa cada vez mais utilizada.

Quadro 19 – Volume de horas de formação por carreira

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Horas Formação Internas	593,80	868,75	76,25	6,50	1 545,30
Horas Formação Externas	3 654,50	2 527,50	424,00	157,00	6 763,00
TOTAL	4 248,30	3 396,25	500,25	163,50	8 08,37

Do volume total de formação, 51% corresponde a formação dirigida à carreira de assessor parlamentar, o que encontra explicação no facto de ser esta a carreira mais numerosa e no grau de exigência técnica das funções desempenhadas.

O peso da formação interna no total da formação representa já quase 20% da formação total, em consequência dos processos de integração de novos funcionários e das necessidades formativas associadas.

4. – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

4.1. – Acidentes de Trabalho

Em 2024, verificaram-se 22 acidentes de trabalho, dos quais 14 ocorreram no itinerário para a Assembleia da República e 8 no local de trabalho.

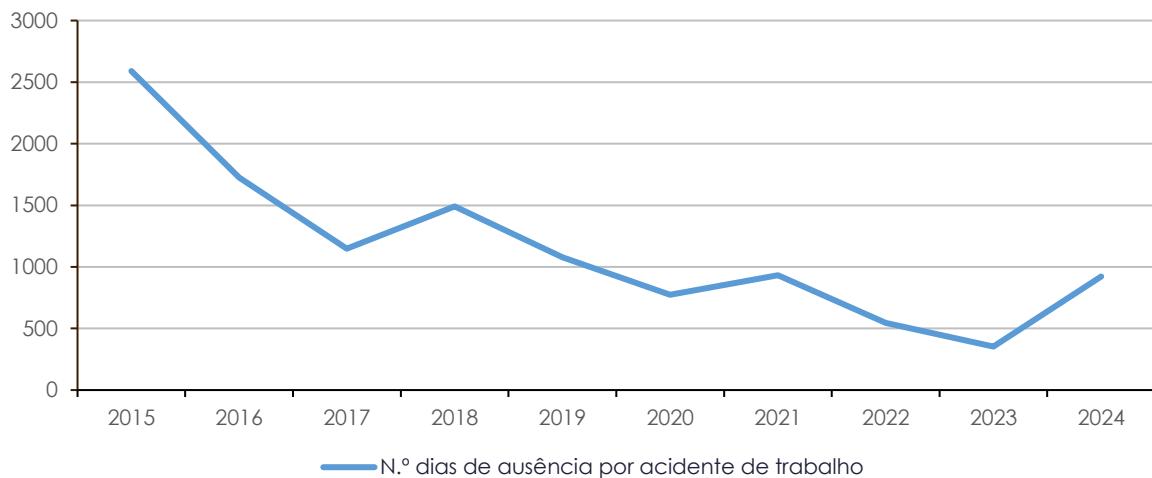
**Quadro 20 - Caracterização dos acidentes de trabalho
e relação com o número de dias de ausência**

SEGURANÇA E SAÚDE						
Acidentes de trabalho	Número de ocorrências sem ausência	Número de ocorrências com baixa			Total de ocorrências	Total de dias ausência
		< 10 dias	10-20 dias	> 20 dias		
In Itinere	8	3	0	3	14	290
Local de trabalho	5	2	0	1	8	216
Total	13	5	0	4	22	506

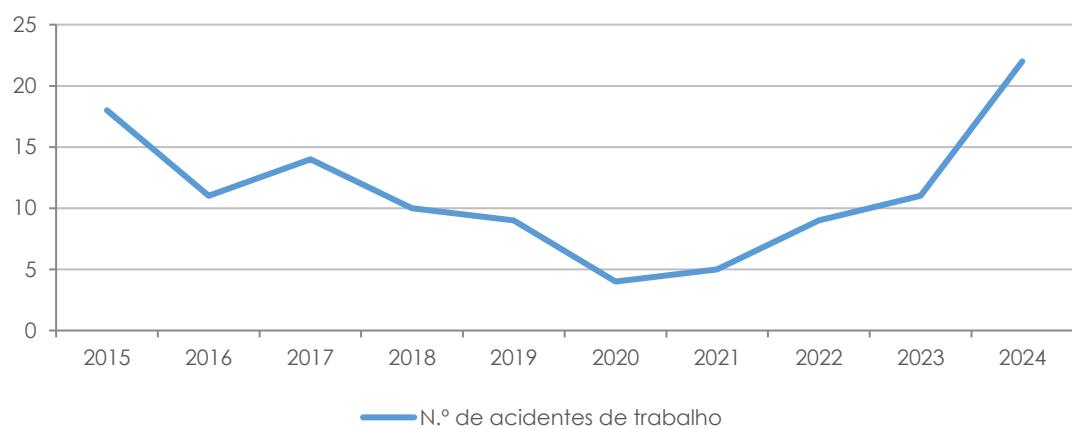
Dos acidentes de trabalho registados em 2024, 64% ocorreram no itinerário para a Assembleia da República, representando 57% do total de dias de ausência.

No mesmo período, contabilizaram-se 506 dias de ausência diretamente associados a acidentes ocorridos em 2024, aos quais acrescem 417 dias relativos a acidentes de anos anteriores que se prolongaram em 2024, perfazendo um total de 923 dias de ausência.

Em comparação com 2023, observa-se uma evolução desfavorável. O número de acidentes de trabalho no itinerário aumentou de 7 para 14 ocorrências, enquanto os acidentes no local de trabalho passaram de 4 para 8. O impacto em termos de absentismo acompanhou esta tendência, registando-se mais 198 dias de ausência, de 308 em 2023 para 506 em 2024. Esta evolução evidencia um agravamento da sinistralidade laboral, em particular no que respeita aos acidentes em percurso, que assumem um peso crescente no conjunto das ausências por acidentes de trabalho.

Gráfico 17 – Evolução de ausências por acidente de trabalho

Em resultado do exposto anteriormente, registou-se um total de dias de ausência na sequência de acidentes de trabalho em valor significativamente superior aos dois anos anteriores.

Gráfico 18 – Número de acidentes de trabalho

Em 2024, registou-se um número de acidentes de trabalho que duplicou face ao ano anterior, constituindo o valor mais elevado da última década. Os acidentes em itinerário assumem particular relevância, representando 64% do total de acidentes registados no período em análise.

4.2. – Doenças Profissionais

Em 2024, registou-se 1 novo presumível caso de doença profissional, que se encontra a aguardar qualificação como doença profissional pelo Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais. Mantiveram-se 3 situações de anos anteriores em que os funcionários aguardam pela qualificação como doença profissional. Verificou-se o encerramento de 2 processos que foram qualificados com doença profissional pelo Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais.

No cômputo geral, os novos processos, os que encerraram e os que ainda se encontram a aguardar qualificação originaram 1 364 dias de ausência, o que representa um acréscimo em 191 dias face ao período de 2023.

Quadro 21 - Evolução das doenças profissionais

	2020	2021	2022	2023	2024
N.º de casos	0	2	5	5	4
N.º de dias de ausência	1.569 dias	2.079 dias	1.025 dias	1.173 dias	1.364 dias

4.3. – Gabinete Médico e de Enfermagem

A Assembleia da República possui um Gabinete Médico e de Enfermagem (GME), ao qual, entre outras competências, cabe a prestação de consultas e cuidados médicos e de enfermagem.

Quadro 22 – Gabinete Médico e de Enfermagem

	Médico	Assessora Parlamentar	Enfermeira	Total
Contrato de trabalho parlamentar		1		1
Cedência de interesse público			2	2
Prestação de Serviços	4			4
TOTAL	4	1	2	7

O GME é composto por 2 enfermeiras em regime de cedência de interesse público, 4 médicos em prestação de serviços, contando ainda com o apoio de uma assessora parlamentar.

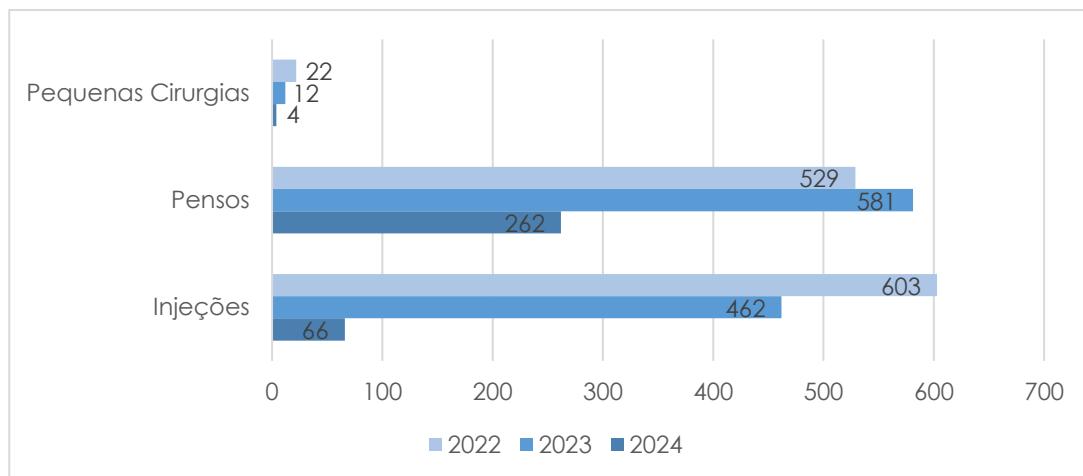
Quadro 23 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem

	2023	2024	Variação %
Pequenas Cirurgias	12	4	-66,7%
Consultas médicas (valor médio)	4203	2000	-52,4%
Consultas e atos de Enfermagem	5679	5027	-11,5%
Pensos	581	262	-54,9%
Injeções	462	66	-85,7%
Eletrocardiograma	59	6	-89,8%
Vacinação (Fora do Plano AR)	98	10	-89,8%
Intervenção na comunidade / Urgência		47	

Em 2024, verificou-se uma redução da atividade clínica face a 2023.

As consultas médicas passaram de uma média de 4 203 para 2 000 (-52,4%). As consultas e atos de enfermagem registaram uma quebra mais moderada, de 5 679 para 5 027 (-11,5%). Atividades como pensos, injeções, eletrocardiogramas e vacinação fora do Plano da Assembleia da República apresentaram igualmente decréscimos.

Gráfico 19 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triénio



4.4. – Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho

Promover a segurança, a saúde e a qualidade de vida dos funcionários parlamentares, prevenindo riscos profissionais e assegurando o acesso a cuidados adequados de saúde ocupacional, constitui a missão central dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho da Assembleia da República, cuja incumbência recai sobre a DRHF.

No âmbito desta missão, e com o objetivo de reforçar a vigilância e a proteção da saúde dos trabalhadores, foram realizadas em 2024 diversas ações no domínio da saúde ocupacional. Entre estas, destacam-se 191 exames complementares de diagnóstico (análises clínicas laboratoriais), essenciais para a deteção precoce de situações de risco, e 308 consultas médicas, abrangendo exames iniciais, periódicos e ocasionais, tendo em vista assegurar um acompanhamento clínico regular e adequado às necessidades de cada funcionário.

5. – ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros permanentes e respetivas despesas encontram-se especificados no quadro seguinte:

Quadro 24 - Encargos financeiros permanentes – Executado em 2024

Encargos com os serviços da AR	Montante 2024	Taxa de Execução	Evolução 2023/2024
Pessoal dos SAR – vencimentos e suplementos	14 535 266,42	99,16%	-2,83%
Pessoal contratado a termo	79 763,84	99,95%	17,81%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	27 324,00	97,59%	0,67%
Pessoal aguardando aposentação – SAR	115 468,66	96,22%	33,96%
Pessoal em qualquer outra situação	778 621,16	71,89%	1,40%
Representação (certa e permanente)	136 888,01	95,79%	3,08%
Subsídios, Suplementos e Prémios (certos e permanentes)	17 845,34	99,14%	-3,38%
Subsídio de refeição – Pessoal dos SAR	531 900,00	99,53%	3,45%
Subsídios de férias e Natal – Pessoal dos SAR	2 732 038,11	96,37%	3,93%
Remunerações por doença e parentalidade (SAR)	480 086,55	100,00%	3,00%
Contribuição para a segurança social (SAR) – SS	2 711 525,17	99,44%	-4,54%
Contribuição para a segurança social (SAR) – CGA	1 740 664,62	99,36%	17,99%
Contribuição para a segurança social (SAR) – Outros	1 388,75	47,89%	-26,32%
Formação	96 338,17	44,81%	13,26%
TOTAL	23 985 118,80	99,65%	10,21%

Em 2024, os encargos com os serviços da Assembleia da República totalizaram 23 985 118,80 euros, com uma taxa de execução global de 99,65%, o que representa um acréscimo de 10,21% face ao ano anterior.

A componente mais expressiva corresponde aos vencimentos e suplementos do pessoal dos SAR, no montante de 14 535 266,42 euros, que registou uma ligeira redução de 2,83%.

Os subsídios de férias e de Natal atingiram 2 732 038,11 euros, com um crescimento de 3,93%, enquanto o subsídio de refeição aumentou 3,45%, situando-se em 531 900,00 euros.

As contribuições para a segurança social ascenderam a 4 453 578,54 euros, repartidas entre a Segurança Social (2 711 525,17 euros, -4,54%), a CGA (1 740 664,62 euros, +17,99%) e outras situações residuais (1 388,75 euros, -26,32%).

Destaca-se ainda o crescimento significativo da rubrica “Pessoal aguardando aposentação”, com mais 33,96% relativamente a 2023, e a redução nas despesas com pequenas rubricas como subsídios, suplementos e prémios (-3,38%). Por seu turno, as despesas com formação totalizaram 96 338,17 euros, refletindo um aumento de 13,26%, face ao ano transato.

Quadro 25 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2024

Encargos com os serviços da A.R.	Montante 2024	Taxa de Execução	Evolução 2023/2024
Trabalhos em dias de descanso e feriados (SAR)	48 535,90	86,52%	14,34%
Alimentação	36 655,00	56,39%	-5,09%
Transportes	12 966,52	86,44%	40,54%
Ajudas de custo: Funcionários SAR e GAB	57 844,26	95,46%	69,00%
Abono para falhas	8 736,18	58,96%	69,08%
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	36 999,65	99,56%	75,15%
Outros abonos em numerário ou espécie	7 593,74	79,88%	-18,44%
Deslocações – viagens	50 529,41	99,45%	6,38%
Estadas	39 053,12	100,00%	22,52%
TOTAL	298 913,78	85,88%	24,81%

Em 2024, os encargos com os serviços da Assembleia da República, no âmbito de abonos e despesas complementares, totalizaram 298 913,78 euros, com uma taxa de execução global de 85,88%, o que representa um aumento de 24,81% face a 2023.

As rubricas com maior variação positiva foram as ajudas de custo atribuídas a funcionários dos SAR e gabinetes (+69,00%), os subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento (75,15%) e o abono para falhas (+69,08%). Registaram-se igualmente aumentos nas despesas com transportes (+40,54%) e estadas (+22,52%).

Em contrapartida, os encargos com alimentação diminuíram 5,09% e os outros abonos em numerário ou espécie registaram uma quebra de 18,44%.

Quadro 26 - Despesas de funcionamento – Executado em 2024

Aquisição de bens e serviços correntes	Montante 2024	Taxa de Execução	Evolução 2023/2024
Vestuário e artigos pessoais	45 588,78 €	61,3%	-59,7%
Aquisição de serviços - Refeitório; restaurante; cafetarias	833 734,67 €	76,9%	+12,4%
TOTAL	879 323,45 €	75,9%	2,9%

Em 2024, a aquisição de bens e serviços correntes ascendeu a 879 323,45 euros, com uma taxa de execução de 75,9%, correspondendo a uma ligeira variação positiva de 2,9% face ao ano anterior. A rubrica “Aquisição de serviços”, que inclui despesas com refeitório, restaurante e cafetarias, representou a parcela mais significativa, no valor de 833 734,67 euros (+12,4%). Já os encargos com vestuário e artigos pessoais registaram uma redução expressiva de 59,7%, fixando-se em 45 588,78 euros.

6. – PROTEÇÃO SOCIAL

Quadro 27 - Proteção social – executado em 2024

Proteção Social	Montante	Taxa de Execução	Evolução 2023/2024
Subsídio familiar a crianças e jovens (SAR)	1 084,36 €	18,07%	-66,99%
Outras prestações familiares (SAR)	149 851,51 €	98,59%	-6,30%
Subtotal	150 935,87 €	95,53%	-7,52%
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	24 738,97 €	54,98%	-52,94%
Outros trabalhos especializados	69 960,68 €	56,06%	7,31%
Verificação Médica – Juntas Médicas e Verificação de Doenças	1 710,00 €	48,86%	-30,49%
TOTAL	247 345,52 €	74,7%	-12,7%

Em 2024, as despesas com proteção social totalizaram 247 345,52 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 74,7% e refletindo uma diminuição de 12,7% face a 2023.

No âmbito das prestações familiares, o montante globalizou 150 935,87 euros (-7,52%). O subsídio familiar a crianças e jovens registou uma redução muito significativa, fixando-se em 1 084,36 euros (-66,99%), enquanto as restantes prestações familiares diminuíram 6,30%, situando-se em 149 851,51 euros.

As despesas com acidentes de trabalho e doenças profissionais apresentaram igualmente uma quebra expressiva, passando para 24 738,97 euros (-52,94%). Já em “Outros trabalhos especializados” verificou-se um crescimento de 7,31% (69 960,68 euros), enquanto as despesas com verificação médica, associadas a juntas médicas e verificação de doenças, desceram 30,49%, fixando-se em 1 710,00 euros.

Quadro 28 – Apoios Sociais e Subsídios de Estudo – executado em 2024

Apoios Sociais e Subsídios de Estudo	Montante	Número de beneficiários
Ama / Pré-escolar	26 055,47 €	30
Ensino Básico 1	34 042,17 €	56
Ensino Básico 2, 3 e Secundário	38 481,78 €	77
Superior	32 485,03 €	43
OTL – Férias	13 007,72 €	53
Trabalhador-Estudante (Superior)	5 779,34 €	15
TOTAL	149 851,51 €	274

Em 2024, os apoios sociais e subsídios de estudo atribuídos totalizaram 149 851,51 euros, abrangendo 274 beneficiários. O maior volume de apoios concentrou-se no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário), com um montante global de 72 523,95 euros, distribuído por 133 estudantes. O ensino superior representou 32 485,03 euros, com 43 beneficiários, enquanto no pré-escolar foram atribuídos 26 055,47 euros, correspondentes a 30 situações.

No âmbito das restantes modalidades, o programa OTL – Férias contou com 53 beneficiários e um total de 13 007,72 euros, enquanto o subsídio ao trabalhador-estudante no ensino superior atingiu 5 779,34 euros, beneficiando 15 trabalhadores-estudantes.

7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS

7.1 – Atividade sindical

São sindicalizados 72% dos funcionários parlamentares e outros trabalhadores que exercem funções na AR, valor que se mantém face ao período homólogo.

Quadro 29 - Atividade sindical

Organização e atividade sindical na AR	
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Parlamentares	298
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores da F.P. Zona Sul e Açores	5
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Enfermeiros Portugueses	1
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos	1
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Judiciais	2
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado	1
Taxa de sindicalização = <u>N.º Sindicalizados</u> <u>Total Efetivos</u>	72%

Os funcionários parlamentares estão representados no Conselho de Administração por um representante efetivo e um suplente, eleitos pelo período da Legislatura, conforme previsto no artigo 14.^º da LOFAR.

Quadro 30 - Representação no Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Representação no Conselho de Administração	1 efetivo 1 suplente

8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES

Nos termos da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), os Gabinetes do Presidente da AR, dos Vice-Presidentes, dos Secretários de Mesa e do Secretário-Geral podem ser constituídos por pessoal em regime de nomeação e por funcionários do mapa de pessoal da AR.

Os funcionários que se encontram nomeados nestes Gabinetes não fazem parte dos efetivos analisados ao longo deste Balanço Social.

Os Gabinetes supra referidos têm seguinte pessoal de apoio:

Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR

	Chefe de Gabinete	Assessor Principal	Assessor	Adjunto	Secretário	Motorista	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal			1				1	2	4
Nomeados	1	1	3	3	2	1			11
Total	1	1	4	3	2	1	1	2	15

Quadro 32 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes

	Secretária	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal	0	0	0	0
Nomeados	4	2	0	6
Total	4	2	0	6

Quadro 33 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa

	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal	2	1	3
Total	2	1	3

Quadro 34 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração

	TAP	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 35 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral

	SG	Adjuntos do SG	Assessores	Secretaria	AOP	Total
Mapa de pessoal	1	2	3		2	8
Nomeados				3		3
Total	1	2	3	3	2	11

Os três assessores parlamentares acima representados estão designados nos cargos de Administrador de Segurança de Informação, Encarregado de Proteção de Dados e Representante da AR junto das instituições da União Europeia (“Antena”).

Além deste pessoal, encontram-se ainda colocados no Gabinete do Secretário-Geral 1 técnica parlamentar especialista e 2 técnicos de apoio parlamentar que se encontram a exercer funções em entidades administrativas independentes.

O **Auditor Jurídico** encontra-se na direta dependência do Presidente da Assembleia da República, contando com o seguinte apoio administrativo:

Quadro 36 – Apoio administrativo ao Auditor Jurídico

	TAP	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR

O mapa de pessoal da Assembleia da República, em 2024, contempla ainda, em mapa autónomo do Orçamento da AR, postos de trabalho ocupados por funcionários colocados em entidades administrativas independentes, que funcionam junto da Assembleia da República, a quem compete assegurar o apoio técnico e administrativo. Estes funcionários encontram-se representados nos quadros e gráficos supra, refletindo-se abaixo a distribuição por entidade:

Quadro 37 - Pessoal em exercício no Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA)

	Técnico Superior	Total
Mapa de pessoal	3	3
Total	3	3

Nota: Dá apoio administrativo ao CNPMA um técnico de apoio parlamentar colocado no GABSG.

Quadro 38 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz

	Técnico superior	Técnico	Administrativo	Total
Mapa de pessoal	3	1	2	6
Total	3	1	2	6

Quadro 39 – Pessoal em exercício na Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado

	Técnico Superior	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 40 – Pessoal em exercício no Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN

	Técnico Superior	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

10. – NOTAS FINAIS

Síntese

Após a análise deste documento, podemos destacar, em síntese, os seguintes dados relativos a 2024

- Em 31 de dezembro de 2024, contabilizavam-se 428 funcionários parlamentares em efetividade de funções e 11 em cedência de interesse público, perfazendo 439 efetivos.
- Face a 2023, registou-se um aumento de 1,9% no número de funcionários parlamentares (+7 efetivos).
- Verificaram-se 31 ingressos em regime de estágio probatório e 7 situações de cedência de interesse público; ocorreram 31 saídas, maioritariamente por aposentação.
- A carreira de assessor parlamentar representa 46% do total de efetivos.
- Distribuição por género: 60% feminino e 40% masculino; nas funções dirigentes, 52% são homens e 48% mulheres.
- O escalão etário mais representado é o dos 60-64 anos (19,5%); a idade média é de 50,2 anos (menos 0,8 anos face a 2023).
- A licenciatura é o grau académico mais representativo (48,2% dos efetivos); cerca de 41% têm menos de 5 anos de antiguidade.
- O nível médio de antiguidade situa-se em 17,5 anos.
- 132 funcionários tiveram valorizações remuneratórias em 2024.
- Registaram-se 7 613 dias de ausência; 71,9% por doença; a taxa de absentismo foi de 7,68% (inferior a 8,49% em 2023).
- Realizaram-se 101 ações de formação profissional, 60% das quais com formadores externos, abrangendo um total de 8 308 horas de formação.
- Foram registados 22 acidentes de trabalho (14 em itinerário e 8 no local de trabalho), que originaram 506 dias de ausência diretamente em 2024 e 923 dias considerando prolongamentos de anos anteriores.

- As despesas com proteção social totalizaram 247 345,52 euros (-12,7% face a 2023).
- Os apoios sociais e subsídios de estudo ascenderam a 149 851,51 euros, beneficiando 274 pessoas.
- A taxa de sindicalização manteve-se em 72%.



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos	4
Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por carreiras de acordo com o EFP (2023-2024)	5
Gráfico 3 - Percentagem de dirigentes por efetivos.....	8
Gráfico 4 - Percentagem de dirigentes por vínculo.....	9
Gráfico 5 - Variação de efetivos por serviço (2021 – 2022)	11
Gráfico 6 - Percentagem da relação homens / mulheres	12
Gráfico 7 - Evolução do total de efetivos por género	12
Gráfico 8 - Distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais	18
Gráfico 9 - Pirâmide etária.....	16
Gráfico 10 - Evolução da idade média	16
Gráfico 11 - Distribuição percentual por nível de escolaridade	19
Gráfico 12 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2021-2022)	20
Gráfico 13 – Movimentos de ingresso em 2022.....	21
Gráfico 14 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2022	22
Gráfico 15 - Movimento global de ingressos e saídas.....	23
Gráfico 16 – Evolução global do absentismo por género.....	26
Gráfico 17 – Evolução das ausências por acidente de trabalho	29
Gráfico 18 – Número de acidentes de trabalho	28
Gráfico 19 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triénio	31

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual	4
Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por carreira	6
Quadro 3 - Distribuição dos efetivos por carreira e género – comissão de serviço	7
Quadro 4 - Pessoal dirigente	8
Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR.....	10
Quadro 6 - Relação homens / mulheres	12
Quadro 7 - Efetivos por escalão etário segundo o género.....	14
Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo carreiras profissionais	15
Quadro 9 – Idade média por género.....	17
Quadro 10 – Média etária por serviços	18
Quadro 11 - Distribuição por nível de escolaridade	19
Quadro 12 - Antiguidade	20
Quadro 13 – Mobilidade interna	23
Quadro 14 – Valorizações remuneratórias por progressão na categoria.....	24
Quadro 15 – Faltas Justificadas (em dias)	25
Quadro 16 - Faltas por doença (em dias).....	26
Quadro 17 - Evolução da taxa de absentismo	26
Quadro 18 - Número de ações de formação profissional	27
Quadro 19 – Volume de horas de formação por carreira.....	27
Quadro 20 - Caracterização dos acidentes de trabalho e relação com o número de dias de ausência.....	28
Quadro 21 - Evolução das doenças profissionais	30
Quadro 22 – Gabinete médico e de enfermagem.....	30
Quadro 23 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem.....	31
Quadro 24 - Encargos financeiros permanentes – Executado em 2024	33
Quadro 25 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2024.....	34
Quadro 26 - Despesas de funcionamento – Executado em 2024.....	35
Quadro 27 - Proteção social – executado em 2024.....	36
Quadro 28 – Apoios Sociais e Subsídios de Estudo – executado em 2024	37
Quadro 29 - Atividade sindical	38
Quadro 30 - Representação no Conselho de Administração	38
Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR	39
Quadro 32 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes	39
Quadro 33 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa	39
Quadro 34 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração	40
Quadro 35 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral	40
Quadro 36 – Apoio Administrativo ao Auditor Jurídico	40
Quadro 37 - Pessoal em exercício no Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA)	41
Quadro 38 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz	41
Quadro 39 – Pessoal em exercício na Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado	41

Quadro 40 – Pessoal em exercício no Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN 42

ABREVIATURAS

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
AR	Assembleia da República
BIB	Biblioteca
CFBDP-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFSIRP	Conselho de Fiscalização dos Sistemas de Informação da República Portuguesa
CIP	Cedência de interesse público
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
CNPRP	Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais
CTP	Contrato de trabalho parlamentar
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DAP	Direção de Apoio Parlamentar
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira
DIC	Direção de Informação e Cultura
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DIT	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
DMC	Divisão Museológica e para a Cidadania
DP	Divisão de Protocolo
DRIC	Divisão de Relações Internacionais e Cooperação
DRIPP	Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
DRPP	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
DSI	Divisão de Sistemas de Informação
DTI	Direção de Tecnologias e Informação

EFP	Estatuto dos Funcionários Parlamentares
GC	Gabinete de Comunicação
GCA	Gabinete de Controlo e Auditoria
GME	Gabinete Médico e de Enfermagem
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
SAR	Serviços da Assembleia da República
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental